



UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 02.819.125/0001-73

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **Atuação:** A Corretora opera principalmente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e conduz as suas operações por meio de uma sólida gestão de riscos. **Gerenciamento de riscos:** A Corretora tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Corretora. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos da Corretora, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco (mercado, liquidez, crédito e operacional), além de área específica para riscos de corretora. Todos os riscos são discutidos em comitês e fóruns de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos. **Continuidade de Negócio:** A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para seu retorno ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio. O UBS AG vem realizando e irá realizar os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios. **Ouvidoria:** O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.433. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício.

A Administração

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		334.679	306.811
Disponibilidades	4	581	310
Aplicações interfinanceiras de liquidez		67.020	72.036
Aplicações no mercado aberto	5	67.020	72.036
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		6	58.184
Carteira própria		15.819	-
Vinculados à prestação de garantias		42.365	-
Outros créditos		207.681	233.300
Rendas a receber		9	4
Negociação e intermediação de valores	7	194.412	221.473
Diversos	8	13.260	11.823
Outros valores e bens		1.213	1.165
Despesas antecipadas		1.213	1.165
Realizável a longo prazo		138.558	122.395
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		6	107.593
Vinculados à prestação de garantias		107.593	93.908
Outros créditos		30.965	28.487
Negociação e intermediação de valores	7	22	19
Diversos	8	30.943	28.468
Permanente		973	3.185
Investimentos		-	-
Outros investimentos		130	130
(-) Provisão para perdas		(130)	(130)
Imobilizado de Uso		9	890
Outras imobilizações de uso		9.674	9.727
(-) Depreciações acumuladas		(8.784)	(6.713)
Intangível		9	83
Intangível		4.165	4.122
(-) Amortizações acumuladas		(4.082)	(3.951)
Total do Ativo		474.210	432.391
Passivo			
Circulante		243.599	264.549
Outras Obrigações		243.599	264.549
Fiscais e previdenciárias	10	6.757	4.677
Negociação e intermediação de valores	7	194.586	220.829
Diversas	10	42.256	39.043
Exigível a longo prazo		33.292	38.114
Outras Obrigações		33.292	38.114
Fiscais e previdenciárias	10	-	37.369
Diversas	10	33.292	745
Patrimônio Líquido		13	197.319
Capital Social		231.889	158.306
Ajuste de avaliação patrimonial		17	(94)
Prejuízos acumulados		(34.587)	(28.484)
Total do Passivo		474.210	432.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)					
	Notas	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015		158.306	(3)	(9.166)	149.137
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	(91)	-	(91)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.318)	(19.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		158.306	(94)	(28.484)	129.728
Aumento de capital	13	73.583	-	-	73.583
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	111	-	111
Prejuízo do exercício		-	-	(6.103)	(6.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		231.889	17	(34.587)	197.319
Saldo em 30 de junho de 2017		231.889	(5)	(35.703)	196.181
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	22	-	22
Lucro Líquido do semestre		-	-	1.116	1.116
Saldo em 31 de dezembro de 2017		231.889	17	(34.587)	197.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcios com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, intermediar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros e provisões para contingências, crédito tributário, outras provisões e determinação de vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2018. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Apuração de resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão de desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dessa valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos disponíveis para venda são apresentados no ativo circulante em virtude da entidade utilizá-los na sua gestão de caixa. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o

vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. e) **Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. f) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. g) **Permanente: Investimentos** - representados, substancialmente, por investimentos em incentivos fiscais e provisionado perda de 100%. **Imobilizado de uso** - são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. **Intangível** - são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. h) **Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a Corretora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) **Impostos e contribuições:** **Imposto de renda e contribuição social:** a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi constituída a alíquota de 20%. Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06 do CMN. **Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS):** são calculados sobre as receitas da Corretora, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. **Impostos Sobre Serviços (ISS):** são calculados com base nas receitas sobre prestação de serviços à alíquota de 5%. j) **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. k) **Passivos e ativos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC aprovado na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo: **Ativos:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos:** são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou

Demonstração do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	2º Semestre			
	Notas	2017	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		10.634	23.175	24.071
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		10.632	23.171	24.096
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2	4	(25)
Resultado bruto da intermediação financeira		10.634	23.175	24.071
Outras receitas/despesas operacionais		(12.175)	(28.728)	(46.852)
Receitas de prestação de serviços	15	61.550	127.062	119.385
Despesas de pessoal	16	(27.687)	(63.890)	(70.300)
Outras despesas administrativas	17	(41.824)	(83.543)	(84.125)
Despesas tributárias	18	(14.118)	(22.036)	(15.305)
Outras receitas operacionais	19	14.393	20.072	8.283
Outras despesas operacionais	20	(4.489)	(6.393)	(4.790)
Resultado operacional		(1.541)	(5.553)	(22.781)
Resultado não operacional		1	1	(18)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(1.540)	(5.552)	(22.799)
Imposto de renda e contribuição social	12	2.656	(551)	3.481
Provisão para Imposto de renda corrente		(210)	(242)	-
Provisão para Contribuição social corrente		(178)	(213)	-
Provisão para Imposto de renda diferidos		1.691	(53)	1.934
Provisão para Contribuição social diferidos		1.353	(43)	1.547
Lucro Líquido (prejuízo) do semestre/exercícios		1.116	(6.103)	(19.318)
Nº de ações		28.962.150	28.962.150	18.480.278
Lucro/prejuízo por ação		0,04	(0,21)	(1,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2º Semestre			
	Notas	2017	2017	2016
Atividades operacionais				
Lucro Líquido (prejuízo) do semestre/exercícios		1.116	(6.103)	(19.318)
Ajustes que afetam o caixa				
Atualização de depósito judicial		(681)	(1.583)	(1.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.044)	96	(3.481)
Provisões para processos cíveis e fiscais	11	1.646	2.999	2.572
Atualização de passivos contingentes	11	1.465	2.837	2.906
Provisões para bônus		7.147	20.955	20.711
Reversão de provisão para bônus		-	(20.711)	(21.681)
Ajuste ao valor de mercado - TVM disponível para venda		22	111	(91)
Depreciações e amortizações		939	2.297	2.937
Imposto de renda e contribuição social		388	455	-
Lucro líquido (prejuízo) ajustado no semestre/exercícios		8.998	1.353	(17.365)
Variações em de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários e derivativos		9.656	(71.869)	(56.150)
Outros créditos		89.497	24.628	(89.850)
Outros valores e bens		(63)	(48)	(1.800)
Outras obrigações		(94.871)	(32.307)	96.811
		4.219	(79.596)	(50.269)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		13.217	(78.243)	(67.634)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(40)	(48)	(57)
Baixa de imobilizado		5	5	17
Aquisição de intangível		(42)	(42)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(77)	(85)	(40)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	73.583	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	73.583	-
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		13.140	(4.745)	(67.674)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		54.461	72.346	140.020
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	67.601	67.601	72.346
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		13.140	(4.745)	(67.674)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias, representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base na taxa do órgão receptor dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. **I) Fluxos de caixa:** Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa a Corretora utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) Transações que não envolvem caixa;

continua

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(ii) Quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; (iii) Itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento. m) Lucro/prejuízo por ação: A Corretora efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, ao final do exercício. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2017	2016
Disponibilidades		
Depósitos bancários	581	310
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Letras do Tesouro Nacional	67.020	72.036
	67.601	72.346

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Vencimento	2017	2016
Aplicações em operações compromissadas			
Letras do Tesouro Nacional	Até 90 dias	67.020	72.036
		67.020	72.036

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são representados por:

	2017		2016	
	Valor de custo/ curva atualizado	Valor de mercado	Valor de custo/ curva atualizado	Valor de mercado
Carteira própria:				
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 365 dias	15.819	15.819	-
Vinculados à prestação de garantia:				
Letras Financeiras do Tesouro	Até 365 dias	12.051	12.050	-
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 365 dias	107.560	107.593	94.080
FILCB Multimercado	-	30.315	30.315	-
		165.745	165.777	94.080

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 17 (R\$ 94) em 2016. Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. No exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários. Os títulos vinculados à prestação de garantias são segregados entre ativo circulante e não circulante, em virtude das garantias para as transações com os participantes da UBS Corretora. **7. Outros créditos e outras obrigações - negociação e intermediação de valores:**

	2017	2016
Ativo circulante		
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores		
Caixa de registro e liquidação	15.449	78.391
Devedores conta liquidações pendentes	166.206	142.183
Operações com mercado e ativos financeiros	12.757	899
	194.412	221.473
Ativo realizável a longo prazo		
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores		
Operações de intermediação de swap	22	19
	22	19

9. Permanente: a) **Imobilizado e intangível:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos do imobilizado e intangível estão representados por:

	2017		2016	
	% anual de depreciação/amortização	Valor de custo	Depreciação/ amortização acumulada	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Móveis e equipamentos de uso	10	24	(8)	16
Sistema de comunicações equipamentos	20	2	(2)	-
Sistema de processamento de dados	20	9.648	(8.774)	874
Total		9.674	(8.784)	890
Intangível				
Software	20	4.165	(4.082)	83
Total		4.165	(4.082)	83

b) **Movimentação do imobilizado e intangível**

	2017	2016
Imobilizado de uso		
Saldo no início do exercício	3.014	5.555
Adições	48	57
Baixas	(5)	(17)
Depreciação	(2.167)	(2.581)
Saldo no fim do exercício	890	3.014
Intangível		
Saldo no início do exercício	171	527
Adições	42	-
Amortização	(130)	(356)
Saldo no fim do exercício	83	171

10. Outras obrigações

	2017	2016
Circulante		
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre o lucro	338	-
Impostos e contribuições a recolher	6.405	4.677
Impostos e contribuições diferidos	14	-
	6.757	4.677

	2017		2016	
	Saldo inicial 31/12/2016	Adições à provisão	Baixas à provisão	Atualização monetária
Impostos e contribuições contingentes				
COFINS (1)	6.794	931	-	531
PIS (2)	9.748	1.269	(10.657)	1.115
CSLL 9/15% (3)	7.506	-	-	493
CSLL 9/20% (4)	383	117	-	36
IRPJ e CSLL (5)	6.717	-	-	352
IRPJ e CSLL (6)	6.029	-	-	310
Outros - INSS	192	-	(1)	-
	37.369	2.317	(10.658)	2.837
Trabalhista	-	611	-	611
Cível	745	71	-	816
	745	682	-	1.427
Total	38.114	2.999	(10.658)	2.837

(1) COFINS - refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 9.718/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar 70/91. Em junho de 2013 a Liminar foi cassada e foi efetuado depósito judicial em relação ao tributo em discussão. (2) PIS - refere-se à provisão constituída sobre a discussão judicial em decorrência da expansão da base de cálculo da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS). Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei nº 9.701/98 e permitir o recolhimento nos moldes da Lei Complementar nº 077/0. Em agosto de 2017 o tribunal emitiu acórdão dando ganho de causa parcial a PGFN, desta forma, com base nesta decisão, foi realizado o pagamento do tributo. (3) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. (4) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008 e de 15% para 20% a partir de setembro de 2015. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes das Leis 13.169/15 e 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. (5) IRPJ e CSLL - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da BM&F, acrescido de juros e multa. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13/97 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto pelas autoridades fiscais, a Administração, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em mon-

tante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente pela Administração. (6) IRPJ e CSLL - referem-se à provisão constituída sobre a tributação de imposto de renda e contribuição social referente à atualização patrimonial dos títulos da Bovespa, acrescidos de juros e multa, as quais não foi determinada pela Justiça a realização do depósito judicial. **Ativos contingentes** - no exercício não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes. **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis** - Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possui processos classificados pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais não foram constituídas provisões: • 9 processos administrativos fiscais no montante de R\$ 20.829 (R\$ 18.867 em 2016), representados basicamente por: Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA) no montante de R\$ 14.143 (R\$ 13.211 em 2016) e pedidos de compensação de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 5.923 (R\$ 4.975 em 2016); • 2 ações trabalhistas, no montante de R\$ 460 (R\$ 1.004 em 2016); e • 9 ações cíveis, no montante de R\$ 1.389 (R\$ 1.272 em 2016).

12. Imposto de renda e contribuição social: a) **A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:**

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contri- buição social	Imposto de renda	Contri- buição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(5.552)	(5.552)	(22.799)	(22.799)
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	3.275	3.275	8.394	8.394
Provisão contingências PIS e COFINS	2.216	2.216	2.451	2.451

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contri- buição social	Imposto de renda	Contri- buição social
Reversão Contingência PIS Repique	(10.658)	(10.658)	-	-
Provisão EOP	10.062	10.062	3.113	3.113
Provisão para bônus	20.955	20.955	20.711	20.711
Reversão provisão para bônus	(20.711)	(20.711)	(21.681)	(21.681)
Atual. passivos fiscais contingentes	2.837	2.837	2.906	2.906
Provisão cível	682	682	121	121
Atualização de depósitos judiciais	(1.583)	(1.583)	(1.920)	(1.920)
Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	1.523	1.523	(8.704)	(8.704)
(-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa IRPJ e CSLL	(457)	(457)	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.066	1.066	(8.704)	(8.704)
Alíquota de 15% para IR e 20% para CS	(160)	(213)	-	-
Adicional de 10% de IR	(82)	-	-	-
Total	(242)	(213)	-	-

Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos

	2017	2016
Créditos tributários constituídos no exercício	8.296	6.636
Créditos tributários realizados no exercício	(8.349)	(6.679)
Total dos impostos e contribuições diferidos	(53)	(43)

b) **Créditos tributários:** Composição dos créditos tributários:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contri- buição social	Imposto de renda	Contri- buição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos				
Base de cálculo:				
Provisão para bônus no exercício	20.955	20.955	20.711	20.711
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulada no exercício	12.227	12.227	12.684	12.684
Base de cálculo:	33.182	33.182	33.395	33.395
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CS	4.977	6.636	5.009	6.679
Adicional de 10% de IR	3.318	-	3.340	-
Total	8.296	6.636	8.349	6.679

Os créditos tributários apresentaram no exercício a seguinte movimentação:

	Consti- tução		Reversão/ utilização	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Provisão para bônus	9.320	9.430	(9.320)	9.430
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.708	-	(206)	5.502
Total	15.028	9.430	(9.526)	14.932

A previsão de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	2018	2019	2020	Total
Créditos tributários - Provisão para bônus	9.430	-	-	9.430
Créditos tributários - Prejuízo Fiscal 2016	-	80	3.837	3.917
Créditos tributários - Prejuízo Fiscal 2014	290	1.295	-	1.585
Total	9.720	1.375	3.837	14.932

A Administração realiza periodicamente uma avaliação dos créditos tributários, tendo como premissa a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre lucro em montante que justifique a ativação de tais valores. Com base em suas projeções econômicas de resultado, considera que aferirá lucro tributável, dentro do prazo regulamentar, para absorver todos os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, correspondem a R\$ 13.944 (R\$ 13.823 em 2016). A Corretora possui créditos tributários de IR e CS não contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias sobre demandas judiciais no montante de R\$ 14.981 (R\$ 17.151 em 2016). **13. Patrimônio líquido:** Capital social: O capital social de R\$ 231.889 (R\$ 158.306 em 2016) está representado por 28.962.150 (18.480.278 em 2016) ações nominativas ordinárias, inscritas por o montante de R\$73.583, mediante emissão de 10.481.872 ações ordinárias. **Dividendos mínimos:** Os acionistas terão dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou reter a totalidade do lucro líquido. **Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. **Juros sobre capital próprio:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **14. Partes relacionadas:** Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por: a) **Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:**

	Ativo (passivo)		Receita		Despesa	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valores a receber de sociedades ligadas:						
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. (3)	-	-	1.241	1.325	-	-
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda. (3)	-	-	4.504	4.208	-	-
UBS AG Stamford (1)	-	-	226	-	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas:						
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. (3)	(121)	(61)	-	-	(1.683)	(655)
UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda. (3)	(2.977)	(4.397)	-	-	(48.476)	(48.037)
UBS AG Stamford (1)	(408)	(503)	-	-	(3.244)	(4.295)

Negociação intermediação de valores:

	2017	2016
Devedores conta liquidação pendentes (2)	80.684	19.055
Comissões e corretagens a pagar (1)	(506)	(1.399)
Devedores conta liquidação pendentes (2)	(18.558)	(4.572)

(1) UBS AG Stamford, UBS Limited e UBS LLC; (2) Sociedades ligadas (basicamente UBS AG, London Branch); (3) Montante referente a reembolso de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS Brasil.

b) **Remuneração de pessoal-chave da Administração:** Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora.

continua

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.			
continuação			
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as pessoas-chave da Administração foram remuneradas, como segue:			
	2017	2016	
Remuneração fixa	1.096	1.706	
Bônus	2.455	1.704	
Encargos sociais	1.182	1.134	
Total	4.733	4.544	
15. Receitas de prestação de serviços:			
	2º Semestre	2017	2016
Rendas de comissões de colocação de títulos	407	913	1.062
Rendas de corretagens de operações em Bolsas	61.078	125.980	118.076
Rendas de serviços diferenciados - pessoa física	62	163	241
Rendas de outros serviços	3	6	6
Total	61.550	127.062	119.385
16. Despesas de pessoal:			
	2º Semestre	2017	2016
Despesa de pessoal - benefícios	1.729	3.377	3.234
Despesa de pessoal - encargos sociais	5.141	10.707	13.030
Despesa de pessoal - proventos	13.418	28.372	32.895
Despesa de pessoal - proventos - bônus	7.147	20.955	20.711
Despesa de pessoal - treinamento	21	43	50
Despesa de remuneração de estagiários	231	436	380
Total	27.687	63.890	70.300
17. Outras despesas administrativas:			
	2º Semestre	2017	2016
Despesas com aluguel	147	328	376
Despesas com comunicações	2.781	5.582	5.538
Despesas com processamento de dados	1.815	3.724	3.985
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	508	1.028	950
Despesas com serviços do sistema financeiro	4.985	10.803	11.004
Despesas de serviços de terceiros	357	651	535
Despesas com serviços técnicos especializados	1.302	2.429	2.306
Despesas de viagem	1.506	2.625	2.067
Bruno Costa Barino - Diretor			
21. Benefícios a empregados: i) Remuneração variável por desempenho: A Corretora adota o programa de remuneração global do grupo UBS, e como parte deste programa, os funcionários são elegíveis ao recebimento anual de uma remuneração variável, além do seu salário fixo e demais benefícios. O programa estabelece critérios para pagamento desta remuneração através de forma por meio de 3 instrumentos, que possuem critérios de vencimento diferentes. Os instrumentos utilizados são: - Crédito em conta, através de folha de pagamento; em espécie. - Ações do grupo UBS AG (<i>Equity Ownership Plan - EOP</i>), negociadas na bolsa de Zurich ou Nova Iorque. Estas ações não são títulos patrimoniais da Corretora, portanto o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo e reavaliado ao término de cada período de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no resultado do período. - Título de renda fixa do grupo UBS AG (<i>Deferred Cash Compensation Plan - DCCP</i>), emitido por esta entidade e, portanto, não se trata de um título patrimonial da Corretora, pois o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo e reavaliado ao término de cada período de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no resultado do período. A alocação do valor atribuído a cada funcionário dentre estes instrumentos é definida de acordo com os valores envolvidos, sendo que a utilização de outros instrumentos diferentes do crédito em conta, via folha de pagamento e de dinheiro à vista, só impacta funcionários que possuem remuneração superior a USD 300 mil anuais. Em linhas gerais, a alocação entre os instrumentos e prazos de vencimento deste programa de remuneração do UBS segue a seguinte forma: Crédito em conta: 70% do valor devido (à vista); <i>Equity Ownership Plan - EOP</i> : 9% do valor devido (2 anos); <i>Equity Ownership Plan - EOP</i> : 9% do valor devido (3 anos); <i>Deferred Cash Compensation Plan - DCCP</i> : 12% do valor devido (5 anos); Em 31 de dezembro de 2017 a provisão representa R\$ 13.207 (R\$ 9.107 em 2016). ii) Previdência complementar: A Corretora concede benefício aos seus funcionários que aderiram ao plano de previdência complementar de contribuição definida. A despesa com a contribuição fixa e variável efetuada pela Corretora no exercício foi de R\$ 1.128 (R\$ 1.210 em 2016) e estão apresentadas em despesas de pessoal. O plano de previdência é administrado pela Mapfre Seguros S.A.. 22. Gerenciamento de riscos e de capital: A Corretora aderiu à estrutura de gerenciamentos de riscos e de capital em atendimento às Resoluções nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.988/11 e nº 4.090/12 do CMN e alterações posteriores, apresentados de forma consolidada nas demonstrações da entidade líder (UBS Brasil Banco de Investimentos S.A.). As descrições dessas estruturas de gerenciamentos estão disponibilizadas no site da Instituição Líder (https://www.ubs.com/global/pt/legalinfo2/brazil/risk-control.html).			
2º Semestre 2017 2016			
Despesa com depreciação e amortização	939	2.297	2.937
Despesas administrativas - <i>Intercompany</i> (*)	27.201	53.403	52.987
Outras despesas	283	673	1.440
Total	41.824	83.543	84.125
(*) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.			
18. Despesas tributárias:			
	2º Semestre	2017	2016
Despesas com impostos sobre serviços - ISS	3.078	6.354	5.969
Despesas de contribuição social - COFINS	2.889	6.014	5.760
Despesas de contribuição - PIS	7.072	7.580	936
Outros	1.079	2.088	2.640
Total	14.118	22.036	15.305
19. Outras receitas operacionais			
	2º Semestre	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	-	749	203
Atualização de depósito judicial	681	1.583	1.920
Reversão de provisão de bônus	-	587	-
Reversão de provisão de contingência fiscal - PIS	10.658	10.658	-
Recuperação de encargos e despesas - <i>Intercompany</i> (*)	2.909	6.275	5.759
Outras	145	220	401
Total	14.393	20.072	8.283
(*) Ressarcimento de despesas administrativas entre coligadas conforme contrato pactuado.			
20. Outras despesas operacionais:			
	2º Semestre	2017	2016
Despesas de erro operacional	200	252	908
Despesa com atualização monetária de passivos	1.465	2.837	2.906
Despesas de provisão processos judiciais - trabalhista e civil	260	682	121
Juros e multas sobre impostos	2.543	2.586	94
Outras	21	36	761
Total	4.489	6.393	4.790
Ívânia Gomes Vilela - CRC-1SP189400/O-9			

Aos Acionistas e aos Administradores da

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparen-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

ta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador
CRC-1SP172167/O-6